

cando.

P - A reitoria da UFSM está iniciando um debate sobre a reestruturação da instituição. O próprio vice-reitor, numa entrevista ao *Jornal da SEDUFMS* (edição de outubro) fala na questão de que mudanças no regimento interno e estatuto seriam bem-vindas no sentido de uma adaptação até mesmo à LDB, que segundo ele, não foi feita até hoje. De que forma o sindicato pretende se inserir nessa discussão?

R - Nós já tivemos a oportunidade de afirmar em audiências públicas com a própria Administração que temos o princípio de que esse debate deve ser primeiro público. E se ele for organizado de forma pública, a partir de alguma comissão, a comissão tem que ser paritária, envolvendo os três segmentos da UFSM, ou seja, técnico-administrativos, acadêmicos e docentes e a própria Administração. É um grande passo fazer essa adequação necessária, inclusive democratizando dentro das possibilidades de autonomia interna da instituição os nossos espaços acadêmicos, colocando a universidade cada vez mais como um centro de referência regional e estadual em Ciência e Tecnologia. Nós vamos ter a possibilidade de que ela seja uma referência, desde que voltada para o interesse público. Os ranços autoritários que ainda mantêm as próprias estruturas burocráticas e administrativas, alicerçadas, principalmente, na lógica departamental oriunda da ditadura militar é algo que nós devemos questionar, porém, esse debate tem que ser aberto ao público com participação dos três segmentos e que seja, realmente, um debate público, e não fique restrito a comissões, mesmo que de notáveis, mesmo que de colegas que tenham as capacidades técnicas e acadêmicas para tal. Ele precisa ser um debate público, porque os resultados desse trabalho atingirão a toda instituição e a todos aqueles que fazem parte, independente do seu segmento.

P - O vice-reitor disse que o procedimento seria uma comissão nomeada pela reitoria que elaboraria uma espécie de uma minuta, inclusive a partir de adequações legais e depois então ele passaria às entidades e às demais unidades dentro da universidade, departamentos, centros de ensino. A avaliação é de que isso é suficiente ou o pensamento do sindicato seria de que se partisse da base primeiro?

R - A nossa idéia é de que essa comissão deveria, sendo paritária e envolvendo a Administração e os três segmentos, elaborar a minuta a partir do debate com as bases. Ela tem que ser evidentemente ágil, não fugir a todas as questões legais, mas é nesse sentido que ela será mais democrática, construída a partir das bases de cada categoria e possibilitando que essa discussão seja socializada nos diversos segmentos. Isso impediria, certamente, as visões corporativas de cada segmento, que existem, mas mesmo quando apresentadas no bom sentido passam a ser objeto de crivo do coletivo e de outro segmento que não pertence àquela corporação. Nessa acepção, o debate se torna mais amplo e público e seguramente terá resultados mais democráticos e efetivos de serem leva-

dos adiante por toda a comunidade acadêmica da UFSM.

P - Em 2005, o ANDES aprovou a desfiliação à CUT no Congresso de Curitiba. Em 2007, no Congresso de João Pessoa, deverá voltar à pauta a questão da filiação a uma outra central sindical, que é a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). Como é que a SEDUFMS ou o senhor especificamente, como presidente, se posiciona nesse debate sobre a questão de sair da CUT e entrar na Conlutas?

R - No debate de desfiliação da CUT eu tinha uma opinião que foi minoritária, foi derrotada, de manutenção na CUT. Sempre entendi que a CUT, por ter iniciado essencialmente no sindicalismo privado do ABC paulista, teve historicamente uma relação muito difícil com o funcionalismo público e, principalmente, com o segmento docente. De qualquer forma, a CUT se traduziu na conjuntura do final da ditadura até a atualidade como uma grande central que englobava os segmentos, ao menos, independentes e críticos do movimento sindical brasileiro. O problema é que a CUT também se estabeleceu hegemonicamente a partir de um partido político e esse partido político quando chegou ao governo, ao não implementar todas as políticas idealizadas pelo movimento sindical, nesse período histórico ao qual eu me referi, começou a ter defecções e abandonos. Mesmo assim, essas defecções traduziam por outro lado uma outra perspectiva, também de oposição ao governo e político-partidária. É nesse contexto que apareceu a possibilidade de formação da Conlutas. Eu penso que nós devemos fazer, enquanto entidade, um debate tão amplo como fizemos na época da filiação à CUT lá no início dos anos 90. Mas, se o sindicalismo continuar referenciado apenas em uma identidade político-partidária, nós vamos correr o mesmo risco que corremos ao ter entrado na CUT e depois nos desfiliação, porque o Conlutas até agora tem se apresentado não apenas como um sindicalismo de oposição, mas como um sindicalismo que reflete posições político-partidárias de oposição, à esquerda do governo atual, e isso pode ser um problema para todas as categorias que eventualmente nela ingressar. Essa é uma opinião essencialmente individual. Nós não fizemos esse debate ainda enquanto categoria, mas devemos fazê-lo. Penso que qualquer entrada em uma nova central, seja ela qual for, precisa levar em conta esse acúmulo que foi feito nos últimos anos e os erros cometidos. Não podemos incorrer, sobretudo, em repetir uma visão que quase se transformou em equívoco quando se aventou a possibilidade da criação de uma central de funcionários públicos. Os trabalhadores têm que ter, independente do setor público ou privado, metas e objetivos que sejam comuns a toda classe trabalhadora e não apenas as distinções por categorias.

P - A greve de 2005 demonstrou esse quadro de divisão no movimento docente a tal ponto que um determinado grupo chamado ProFES acabou não reconhecendo o ANDES no processo de negociação com o governo. Se juntaram e formaram uma estrutura paralela que discorda dos rumos tomados pela diretoria do ANDES. Concretamente, isso representa uma fratura no movimento docente. Na sua avaliação, como superar essa divisão que está colocada? É possível ainda reunir esses grupos que hoje estão antagônicos?

R - Essa é a nossa utopia. A fragmentação sindical que vem ocorrendo é produto daquela concepção, inclusive, que formou a CUT nos anos 80 ao defender o pluralismo sindical. Eu penso que o ProFES tinha um sentido positivo, mesmo que alguns discordem nesse sentido, que era reunir e defender as instituições federais de ensino superior e o sindicalismo em torno dela. No momento que aqueles que defendiam essa concepção passam na prática a organizar-se de forma paralela, eles vão ao encontro daquilo que historicamente defendiam que era o próprio pluralismo, o que é um problema. Como eu defendia antes o princípio da unicidade sindical, eu

penso que a nossa entidade é o ANDES, independente das diretorias, assim como localmente na SEDUFMS se a diretoria não corresponde a sua base, a base tem que se organizar e lutar para que mude os rumos de uma determinada direção sindical, mas não se coloque contra a própria entidade. É nesse sentido que eu visualizo a utopia de retorno à unidade do movimento a partir dessa perspectiva. Temos divergências, mas precisamos de uma entidade e essa entidade é a nossa maior referência, não as correntes das quais fazemos parte. A greve de 2005 deu resposta, ao menos em nível local. Aquela primeira mobilização que teve repercussão na imprensa, que foi positiva segundo a própria avaliação da sociedade, a 'campanha dos porquinhos', acabou não tendo resultados efetivos, pois não sensibilizou o governo naquele primeiro momento. Demonstramos a partir da greve, que ela ainda é um instrumento para conquistas, muito aquém do que deveríamos ter mesmo na relação com a reposição salarial, mas muito além do que o governo nos propunha que era o 0,1% em 2005. Nesse sentido, a greve foi vitoriosa, mesmo que longa e difícil. Por outro lado, a grande característica da greve de 2005 e que tem nos preocupado é que foi, entre os que a fizeram, não uma greve de militância, mas uma greve de ausência em sala de aula e permanência com outras atividades, principalmente os projetos desenvolvidos pelos professores além das aulas na pós-graduação. Essa é uma nova realidade que a gen-

te está tendo que conviver e que fragmenta o professor em professor da graduação e professor da pós-graduação, professor que dá aula e professor que faz pesquisa. Essa é uma realidade que espelha a universidade que foi sendo construída, ao menos nos últimos 10, 15 anos e que auxilia também no enfraquecimento do movimento sindical, sobretudo na perspectiva de luta. Eu nunca defendi greve com princípio, greve é um instrumento importante como a greve de 2005 demonstrou, mas ela não tem que ser feita a qualquer momento. Ela tem hora para iniciar, hora para terminar, uma greve mal feita pode desgastar uma entidade. É nesse sentido que eu vejo a vitória da greve de 2005.

P - A SEDUFMS está completando 17 anos no mês de novembro. Que balanço se pode fazer desses anos todos de atuação?

R - É uma trajetória, sobretudo, de vitórias. Vitória porque consolidou o nosso sindicato, apesar de ser uma seção sindical de um sindicato nacional, como referência local do movimento docente. Eu conheci a SEDUFMS na sua origem e a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade quando ainda era acadêmico da instituição. O segmento docente e de técnico-administrativos colocou a SEDUFMS como referência importante nessa luta nos 17 anos. Temos tido perdas, são inegáveis essas perdas, mas temos tido muita resistência e alguns pontos de avanço. O conteúdo do que historicamente a SEDUFMS defendeu nesses 17 anos continua na ordem do dia e, por isso, que a SEDUFMS merece vida longa. É uma entidade que soube enfrentar as dificuldades da conjuntura de ofensiva do neoliberalismo no nosso país. Conseguiu agregar os docentes para o enfrentamento desse projeto e sair dele fortalecido.

“Minha utopia é a unidade do movimento docente”

